

# Termo de Referência 113/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
113/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	EDESIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	20/11/2023 12:52 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Aquisições/Contratações Internacionais	90020/2022	50300.007340/2023-50

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **Créditos Universais de Nuvem Oracle (Oracle Cloud Universal Credits)** disponíveis para **4 instâncias de serviços de Infraestrutura e de Plataforma como serviço (IaaS e PaaS)** em nuvem pública, **Serviços de migração e suporte sob demanda para banco de dados pelo período de 48 (quarenta e oito) meses** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	COD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de Créditos Universais de Nuvem Oracle APEX Application Development OCPU Por Hora	B92911	OCPU Por Hora		504	R\$ 2.399,51	R\$1.209.353,04
2	Contratação de Créditos Universais de Nuvem Oracle Autonomous Transaction Processing - Exadata Storage Capacidade de Armazenamento em Terabytes Por Mês	B90455	Terabyte		252	R\$1.157,55	R\$291.701,34
3	Serviços de migração e suporte sob demanda para banco de dados.	26972	UST		3840	R\$315,00	R\$1.209.600,00

**Não há código PM-TIC para o presente objeto de contratação.**

1.2. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do item 14 do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 48 (quarenta e oito) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

ou

1.

~~1.4 O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos) contados do(a) ..... , prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~1.4.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../....[MIM1]~~

~~1.5 O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de um ano da ocorrência da emergência ou calamidade) contados do(a) ..... , improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021~~

~~1.6 Tratando-se de contratação que prevê operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, prazo de vigência da contratação é de ..... , prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), contados do(a) ..... , na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021. [LHDB1]~~

~~1.6.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica~~

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. A solução de TIC consiste em Contratação de Créditos Universais de Nuvem Oracle (Oracle Cloud Universal Credits) disponíveis para 4 instâncias de serviços de Infraestrutura e de Plataforma como serviço (IaaS e PaaS) em nuvem pública, Serviços de migração e suporte sob demanda para banco de dados.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 A Agência Nacional de Transportes Aquaviários tem por missão assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária. Para a realização das suas atividades finalísticas são utilizadas as aplicações desenvolvidas internamente tanto pelos servidores quanto pelas empresas contratadas.

3.1.2 Para viabilizar a execução de suas ações, a ANTAQ mantém e produz sistemas de informação transacionais, bases de dados, painéis informacionais e sistemas de Business Intelligence, que garantem a qualidade dos dados e das informações coletadas, produzidas, analisadas, processadas e disseminadas no âmbito de suas setoriais.

3.1.2. Tendo em vista a relevância das informações coletadas, e as mudanças e modernizações que os sistemas vêm sofrendo, é de extrema importância que a infraestrutura computacional do órgão acompanhe as mudanças e forneça toda a base operacional para os novos sistemas que a ANTAQ necessita disponibilizar. Em virtude disso, a agência necessita de uma infraestrutura que garanta estabilidade, segurança, alta disponibilidade e agilidade na utilização e no armazenamento de dados e informações.

3.1.3 A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) é a unidade responsável por desenvolver, aperfeiçoar, manter e dar suporte aos sistemas informatizados e aos bancos de dados da ANTAQ, administrando os recursos de informação e informática do órgão.

3.1.4 Seu ambiente tecnológico é trivial, pois para dar o devido suporte ao perfeito funcionamento dos sistemas, aplicações e serviços que, faz-se necessário a construção de uma infraestrutura de TI, composta por variadas tecnologias e diversos elementos heterogêneos que compõem um ambiente tecnológico rico que mesmo sendo dotado de inteligência e/ou de recursos de auto monitoração, exige equipes especializadas nas respectivas tecnologias, e, mais, com conhecimento das políticas, regras, métodos e padrões, tanto dos antigos órgãos quanto dos que se espera ser utilizados no novo, para garantir a disponibilidade e integridade das informações e dos serviços prestados, bem como para a realização da gerência e administração dos recursos.

3.1.5 A necessidade da construção desta infraestrutura torna-se mais evidente quando percebe-se, principalmente com a ação governamental de digitalização de serviços públicos, onde a ANTAQ se tornou o responsável em suportar o contínuo aumento do acesso público aos serviços e às informações prestadas ao mercado aquaviário, que devem ser prestados com segurança, alta disponibilidade e desempenho. Entretanto, a prestação do serviço público de qualidade para à população não depende somente dos melhores hardwares e softwares, a execução das políticas públicas de competência da ANTAQ é executada por todos os colaboradores que utilizam suas habilidades e competências para a execução da prática do "bem servir", por meio da execução dos seus processos de trabalho em suas áreas de atuação, não importando se são "áreas finalísticas" ou se são "áreas meio".

3.1.6 Boa parte dos processos de trabalho executada pelos colaboradores da ANTAQ operam em sistemas de informação, isto advém do papel fundamental que a TI adquiriu nos últimos anos. Neste contexto encontram-se os recursos de armazenamento de dados destinados aos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs), que funcionam em servidores corporativos para atendimento a diversos serviços digitais, além dos sistemas amplamente utilizados para a operação das atividades administrativas pelos colaboradores da Agência.

3.1.7 No âmbito da ANTAQ, os dados são armazenados em Serviços de Gerenciamento de Banco de Dados Microsoft SQL Server. Considerando a importância das bases de dados da ANTAQ para o armazenamento e divulgação dos dados, em consonância com a reestruturação de toda a base de dados da Agência, conforme Ordem de Serviço nº 13/2023/DG (1909891), torna-se necessária a atualização tecnológica com contratação de um Serviço de Gerenciamento de Banco de Dados para a ANTAQ que garanta a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a segurança dos dados e que mantenha tais dados em perfeitas condições de uso e operação, e que melhore a eficiência e velocidade no acesso aos dados, o que resultam em uma maior otimização e consequentemente uma maior produtividade para a Agência.

3.1.8 Atualmente, observa-se uma grande lacuna entre as necessidades institucionais e as capacidades dos sistemas de informação da ANTAQ. Justifica-se a presente aquisição para atender a demanda de reestruturação da área de governança de dados da Agência.

3.1.9 Pode-se citar o teor do Relatório (SEI n.º 1770339) que norteou o Acórdão n.º 588-2022- ANTAQ (SEI n.º 1770733), o qual prorrogou a entrada em vigor das Resoluções-ANTAQ n.º 80, 81 e 82/2022 em face da necessidade de ajustes nas ferramentas de informática da Agência.

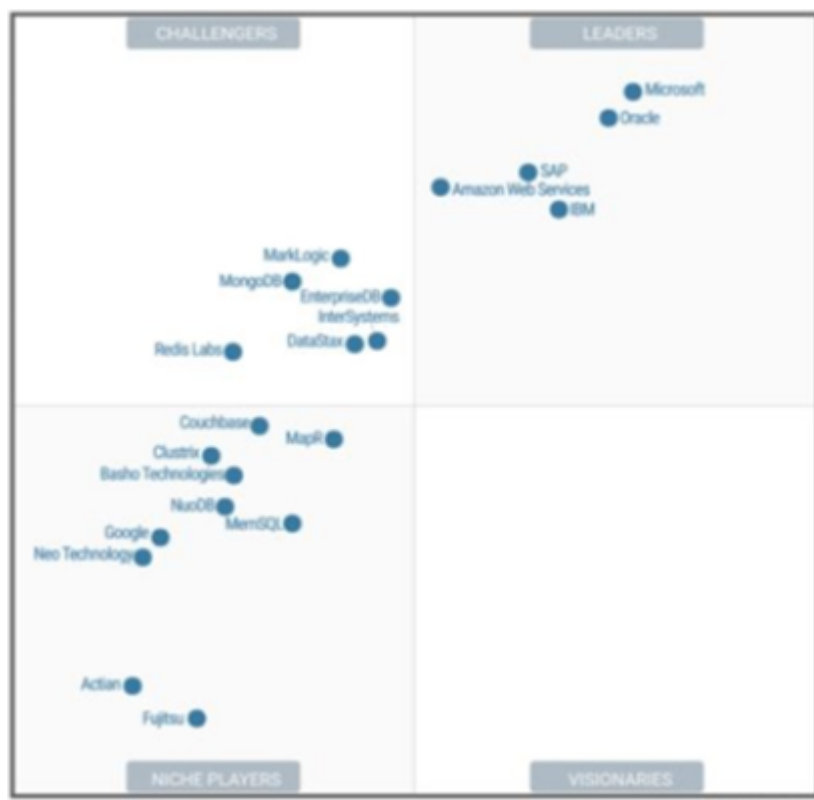
3.1.10 . Em suma, pode se observar que a situação da ANTAQ quanto às ferramentas tecnológicas é a seguinte:

- Diversidade de aplicações, inconsistências e duplicação de dados e falta de controle apropriado na confidencialidade de dados;
- Sistemas desenvolvidos em tecnologias ultrapassadas, dificultando correções e melhorias, acesso, desempenho e segurança às aplicações; e
- Políticas de controle setoriais individualizados que retardam o acesso às informações por outros usuários.

3.1.11. Percebido o contexto existente, o método adotado foi o de buscar inspiração e soluções em outros entes públicos que obtiveram sucesso em alinhar a tecnologia às suas finalidades institucionais. Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União — TCU foi adotado como parâmetro, dada a reconhecida competência da entidade em fazer uso de recursos computacionais em prol de sua atuação, o qual conta com estruturas, sistemas e métodos amadurecidos ao longo de anos, e que comprovadamente geram valor institucional. Para além, cita-se a existência de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, tratado no âmbito do

Processo n.º 50300.010919/2021-38, bem como sua publicação no DOU pelo Tribunal de Contas da União (Documento SEI n.º 1877299), celebrado entre esta ANTAQ e o TCU, cujo objeto é a "cooperação técnico - científica e institucional entre o TCU e a ANTAQ, com vistas ao intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum". O presente ACT é de fundamental importância para sacramentar a escolha desse ente como paradigma para a reformulação pretendida nas soluções de TI da Agência. Desta forma, foi instituído Grupo de Trabalho para o projeto denominado "Modelagem e Padronização da Base de Dados Institucional", Ordem de Serviço n.º 13/2023/DG (SEI n.º 1909891), com objetivo de redefinir e padronizar o modelo de dados dos sistemas de informação da ANTAQ. Importante ressaltar que o estudo não se limitou a cuidar do modelo de dados, mas também se enveredou para proposição de métodos de implementação de aplicações com base nesse modelo, de forma substituir, gradual e incrementalmente, os sistemas hoje existentes.

3.1.12. Dentro das soluções existentes no mercado mundial, os bancos de dados relacionais da Oracle se enquadram entre as mais robustas, performáticas e seguras. Tal afirmação encontra respaldo quando analisados os Quadrantes Mágicos do GARTNER, Empresa de Consultoria em Tecnologia, relativos a esta disciplina, conforme destaca a imagem abaixo:



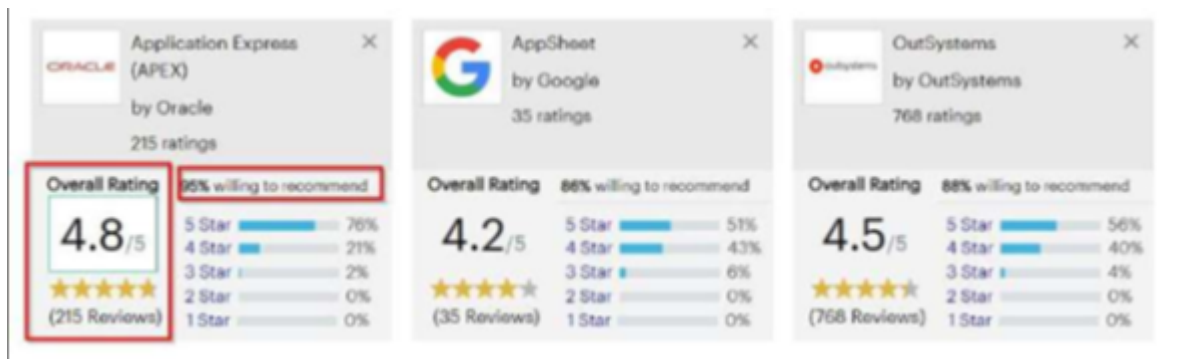


3.1.13. Os grupos de trabalho estabeleceram de forma prática e didática, modelos e padrões a serem adotados por equipes de desenvolvimento, centralizadas ou distribuídas nas áreas de negócio, na missão de realizar uma completa transformação nos ativos digitais da Agência.

3.1.14. Toma-se como exemplo o Tribunal de Contas da União, no qual o desenvolvimento de soluções de tecnologia tornou-se descentralizado, permitindo que as unidades de negócio participassem ativamente no desenvolvimento das soluções que necessitam utilizar. Esta medida não só reduziu os efeitos da troca de profissionais e empresas terceirizadas (**Turnover de Profissionais**) como permitiu que o conhecimento das

regras de negócio fosse mantido próximo de quem as usa. Para concretizar esse plano, o TCU também se valeu do uso de tecnologia *lowcode/nocode*, qual seja, o *Oracle Application Express — APEX*.

3.1.15. Importante ressaltar, também, como o Gartner posiciona o Oracle Application Express – APEX frente aos seus concorrentes de mercado.



3.1.16. Para utilização da ferramenta existe a necessidade de utilização do Oracle Database. O Banco de Dados Oracle é reconhecido como solução de excelência quando se fala em desempenho, robustez, segurança e escalabilidade.

3.1.17. O Banco de Dados Oracle pode ser utilizado como um serviço em nuvem, podendo ser escalado de acordo com as previsões de crescimento de dados na ANTAQ. O Oracle Cloud Infrastructure – OCI - é visto pela Gartner como líder absoluto no mercado de plataformas de integração como serviço.

Magic Quadrant for Integration Platform as a Service, Worldwide



3.1.18 Conforme todo o exposto acima e consoante com os resultados de outro Grupo de Trabalho, instituído por meio da Ordem de Serviço n.º 4/2023/DG (SEI n.º 1849799), que tratou do projeto denominado "Padronização de Desenvolvimento **Low-code** e/ou **No-code**", ou seja, criação de aplicações por parte dos usuários que não tenham muita experiência em desenvolvimento. Neste Grupo, foram selecionadas algumas ferramentas de desenvolvimento, com destaque o **Oracle Application Express — APEX**, ferramenta inclusa no banco de dados Oracle, apontado como solução mais adequada ao caso da Agência por suas funcionalidades e também por ser a opção economicamente mais viável.

3.1.19. A decisão pela escolha da ferramenta de desenvolvimento **Oracle Application Express — APEX** foi submetida ao Comitê Governança Digital e Segurança da Informação da Agência (CGDSI) que aprovou o relatório final conforme Despacho CGDSI (SEI n.º 1907787), posteriormente submetido à aprovação do Diretor-Geral nos termos do RELATÓRIO Nº 1/2023/SPL/SGE (1862346), que dispõe acerca do projeto "Padronização de Desenvolvimento **Lowcode** e/ou **No-code**", tendo sua aprovação ratificada conforme Despacho DG (SEI n.º 1909083),

### 3.2 [ ]

3.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual <ANO>, conforme detalhamento a seguir:

- I. 1. ID PCA no PNCP: [...],
- I. 2. Data de publicação no PNCP: [...],

- II. 3. ~~Id do item no PCA. [...];~~  
 III. 4. ~~Classe/Grupo. [...];~~  
 IV. 5. ~~Identificador da Futura Contratação. [...].~~

OU

3.4 *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.*

3.5. O objeto da contratação está previsto no PAC 2023 e ao PDTIC 2022-2024, conforme detalhamento a seguir:

ALINHAMENTO AOS PLANOS E ESTRATÉGICOS			
ID			
Objetivos Estratégicos			
O9			
Objetivo 9 - Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual. (Plano Estratégico 2021-2024 da ANTAQ)			
ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID		Ação do PDTIC	
ID		Meta do PDTIC associada	
A8		Prover Solução de Banco de Dados	
M1		Prover soluções de processamento e armazenamento de dados.	
A57		Contratar solução de plataforma de desenvolvimento <u>low-code</u> e <u>no-code</u>	
M6		Instituir e aprimorar processos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento, aprimoramento e manutenção de soluções de TI	
ALINHAMENTO AO PAC 2023			
Item		Descrição	
29/2022		Contratação de Serviços em Nuvem (IaaS, <u>Paas</u> , SaaS)	

3.6 Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Requisitos de Negócio:

4.1.1 Provimento, manutenção e atualização da infraestrutura de processamento de dados, conectividade, segurança de rede e parque de equipamentos

4.1.2 Provimento, manutenção, atualização e revisão de soluções tecnológicas, para atendimento aos objetivos estratégicos, considerando os projetos relativos à transformação digital, a transparência, o compartilhamento de dados e respeitando os padrões governamentais

4.1.3 Garantir a padronização no desenvolvimento de aplicações.

4.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1 Suporte e atualização de versão, conforme definido pela Oracle, a ser prestado pelo fabricante pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, contados da inscrição das licenças no site do fabricante.

### Requisitos de Capacitação

4.3 ~~Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo ..... horas de duração.~~

4.4 ~~[...]~~

OU

4.5 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.6 ~~[...]~~

### Requisitos Legais

4.7 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis

4.8 ~~[...]~~

### Requisitos de Manutenção

4.9. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas /adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.9.1 Serviço disponibilizado na nuvem 24/7 durante todo o período do contrato

4.10 ~~[...]~~

### Temporais

4.11. ~~Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de .... dias corridos para as capitais dos estados e de ..... dias corridos para as demais localidades, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;~~

4.11.1 Serviço disponibilizado na nuvem 24/7 durante todo o período do contrato.

4.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.13. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.14 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

4.14.1 Atendimento remoto (web ou telefone) para chamados de suporte técnico, que podem ser abertos 24 horas por dia, 7 dias por semana (24 x 7);

4.15 ~~[...]~~

### Requisitos de Segurança e Privacidade

4.16 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante e deverá obedecer, quando aplicável, as normas de segurança da família ISO/IEC 27000.

4.17 [.....]

#### Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.18. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais

4.19 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

#### Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.20. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.21 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.22 [...]

#### Requisitos de Projeto e de Implementação

4.23 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.23.1 A implementação dos serviços ocorre por meio da disponibilização de login e senha para acesso aos serviços da Oracle Cloud, e com a disponibilização dos créditos anuais contratados.

#### Requisitos de Implantação

4.24 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.24.1 A implantação dos serviços ocorre por meio da disponibilização de login e senha para acesso aos serviços da Oracle Cloud, e com a disponibilização dos créditos anuais contratados.

#### Requisitos de Garantia e Manutenção

4.25 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

OU

~~4.26 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

#### Requisitos de Experiência Profissional

4.27. A CONTRATADA deverá utilizar profissionais devidamente capacitados e habilitados para a realização dos serviços de instalação, configuração e suporte técnico especificados neste Termo de Referência, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

4.28 [...]

4.29 [...]

#### Requisitos de Formação da Equipe

4.30. Será de responsabilidade da CONTRATADA, se necessário, a capacitação da equipe técnica para a perfeita execução dos serviços, correndo por sua conta todas as despesas com locomoção, diárias, passagens e demais despesas correlatas, sem quaisquer ônus para a ANTAQ.

OU

~~4.31 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação~~

#### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.32. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.33. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.34. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

4.35. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

#### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.36. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.36.1 Os serviços de computação em nuvem deverão estar disponíveis em centro de dados localizado em território nacional, conforme dispõe a Norma Complementar nº 14 da Instrução Normativa nº1/2008-DSIC /SCS/GSIPR (disponível no link [http://dsic.planalto.gov.br/arquivos/documentospdf/NC\\_14\\_R01.pdf](http://dsic.planalto.gov.br/arquivos/documentospdf/NC_14_R01.pdf));

4.36.2. A CONTRATADA deverá firmar termo de confidencialidade, dando garantia de que manterá em sigilo informações obtidas do CONTRATANTE que são necessárias à prestação dos serviços.

4.36.3. A solução de nuvem a ser CONTRATADA deverá ser aderente a, no mínimo, as seguintes normas e certificações relativas à segurança da informação, ou certificações equivalentes:

- ISO 27001:2013
- SOC-1
- SOC-2
- GDPR—General Data Protection Regulation

4.36.4. A aderência da solução de nuvem às normas e certificações demandadas será aferida por meio de consultas ao portal <https://www.oracle.com/cloud/cloud-infrastructure-compliance/>.

4.36.5. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas na nuvem.

4.37 [---]

#### **Vistoria**

4.38 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços

OU

1.

~~4.39 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.~~

~~4.40 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.~~

~~4.41 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.~~

~~4.41.1 ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

~~4.41.2... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

~~4.42 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

~~4.43 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

#### **Outros Requisitos Aplicáveis**

1.

1.1.

1.1.1. [...]

1.1.2. [...]

1.1.3. [...]

#### **Sustentabilidade:**

4.44 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.44.1. A presente aquisição de serviço de Créditos Universais de Nuvem Oracle (Oracle Cloud Universal Credits) disponíveis para 4 instâncias de serviços de Infraestrutura e de Plataforma como serviço (IaaS e PaaS) em nuvem pública, Serviços de migração e suporte sob demanda para banco de dados não envolve o uso de recursos naturais, logo os impactos socioambientais não são passíveis de mensuração.

#### **~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~**

1.

~~4.45 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [MM1].~~

#### **~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~**

1.

~~4.46 Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.47 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação**

4.48 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.48.1 Participação de Cooperativa 4.48.1.1 Não será permitida a participação de cooperativas, tendo em vista que os serviços de suporte técnico previstos na garantia das licenças, bem como os serviços de operação assistida presumem subordinação. 4.48.2 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO 4.48.2.1 Não será permitida a participação de empresas que estiverem reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas dos bens que serão fornecidos, que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais).

4.48.2.2 Como no objeto desta contratação já é definido o fabricante de softwares Oracle e por se tratar de um produto de ampla comercialização de mercado, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio

OU

1.

~~4.49 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.49.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~4.49.2 A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

~~4.50 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.~~

#### **~~Da verificação de amostra do objeto~~**

1.

~~4.51 Será realizada verificação de amostra do objeto para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos no ANEXO ....., deste Termo de Referência.~~

~~4.52 Serão exigidas amostras do objeto referentes aos seguintes itens:~~

1. [...]
2. [...]

---

#### **Garantia da Contratação**

4.53 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

OU

~~4.54. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.~~

~~4.55. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.56. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.57. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

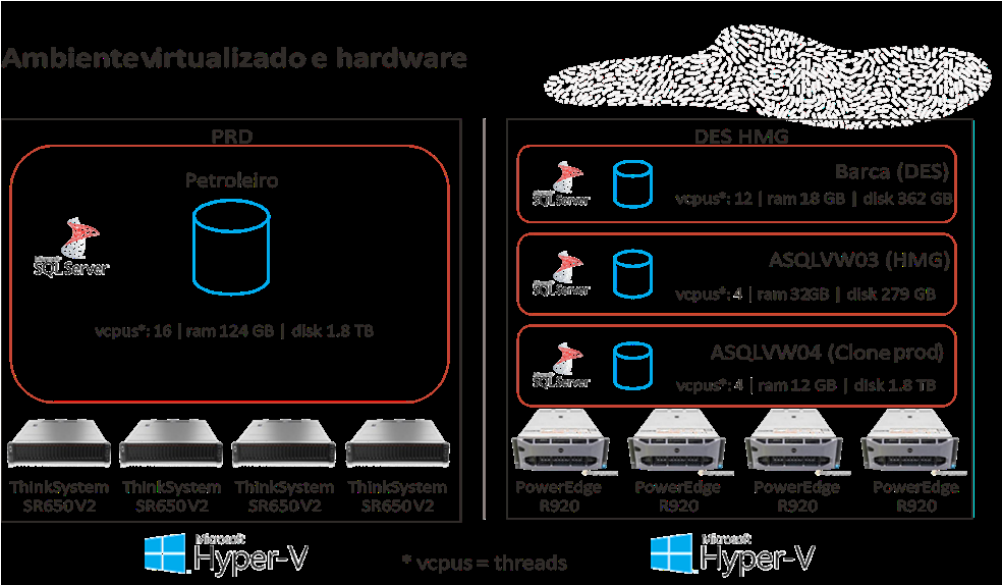
#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

4.58 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.58.1. A arquitetura tecnológica estabelece soluções de alta disponibilidade, com vistas a estabelecer níveis de serviço que atendam aos requisitos de confiabilidade e resiliência.

4.58.2. Antes de calcular o quantitativo necessário precisa-se definir uma métrica. O cenário atual dos ambientes de sistemas foi definido como a métrica atual para a estimativa da demanda, considerando o atual ambiente e o cenário de migração para o ambiente contendo sistemas descentralizados e padronização de uma base de dados corporativa para toda a Agência, para os ambientes de produção, homologação e desenvolvimento dos sistemas legados da Agência, e novos sistemas a serem desenvolvidos.

4.58.3. No cenário atual da ANTAQ os seguintes recursos computacionais estão apresentados, sendo os Sistemas atuais têm como SGBD o Microsoft SQL Server Enterprise Edition com ambientes virtualizados utilizando Hyper-V com Servidores de Desenvolvimento, Homologação, Produção e Clone do Produção., conforme imagem abaixo:



**Sistemas atendidos**

Plataforma MS SQLServer

AGENDA	OUVIDOR	SDNTRAVESSIA
AGENDA REGULATORIA	PAS	SDP
APP	PEP	SEI
ARRECADACAO	PROCESSUS	SFIS
ARRENDAMENTO	PSP - PORTO SEM PAPEL	SFIS MOBILE
ASSP	SAG	SFIS WEB
AVALIACAO	SAI	SGA/SSA - 00823082
CMS	SAMA	SGU
CONTABIL	SANI	SIG
CORPORATIVO	SARH	SIGA V2
CTEL V2	SASI	SIGPORT
EVTE	SCLA	SIPAS
FISCALIZACAO	SCP	SOE
GAB	SDAC	SOPHIA 1
IDA	SDN	SSA
LEILAO - SCLA	SDNAM	STATISTICA
MERCANTE	SDNAP	TARIFARIO


ou

4.59. A demanda dos órgãos partícipes tem como base as seguintes características:

4.59.1. [...]

## 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### 5. São obrigações da CONTRATANTE:

- a
- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar execução dos contratos;
  - 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
  - 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
  - 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
  - 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
  - 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
  - 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
  - 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
  - 5.1.9. 

### 5.2 São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

~~5.2.10. [...]~~

5.3 São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

~~5.4. [...]~~

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Condições de Execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. A prestação de serviço deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis à partir da assinatura do contrato, período no qual a CONTRATADA deverá disponibilizar o login e senha para acesso à plataforma da Oracle Cloud e os créditos universais anuais contratados.

6.1.2. Os serviços prestados deverão obedecer ao objeto da contratação:

6.1.3. Os prazos de execução deverão seguir o quadro abaixo:

Descrição	Prazo para Início da Execução	Prazo para Término da Execução
Entrega dos Créditos	Até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato e emissão do empenho.	Até 48 (quarenta e oito) meses consecutivos contados da data de início da instalação e configuração.

Até

Serviço de manutenção, suporte técnico e atualização de versão. **Até 01 (um) dia útil** contado da data de aceite da instalação e configuração

**48 (quarenta e oito) meses consecutivos** contados da data de início da prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de versão

~~6.1.4. Etapa ... Período / a partir de / após concluído:~~

**Local e horário da prestação dos serviços:**

6.2.. Os serviços serão prestados de forma remota ou presencial em dias úteis (segunda a sexta-feira), no horário de 08:00 às 18:00 horas horário de Brasília. Em caso de trabalho presencial, será executado nas dependências da ANTAQ, na SEP Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70760-545.

~~6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário. [...]~~

**Materiais a serem disponibilizados**

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar:

6.4.1. Os créditos universais, previstos nesta contratação, são aqueles com os quais a CONTRATADA permite ao CONTRATANTE o uso dos serviços elegíveis de Oracle IaaS e PaaS Cloud Services existentes no "Pedido de Compra" (Anexo I). A prestação de serviços se iniciará à partir da data de disponibilização do acesso (login e senha) que permitem a ativação do serviço correspondente ("Período Anual de Serviços"), respeitada a vigência contratual (48 meses).

6.4.2. O valor do Crédito Universal previsto no "Pedido de Compra" (Anexo I) foi dimensionado de forma a oferecer 754 créditos do serviço de nuvem prestado em regime de 24 x 7 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana).

6.4.3. O valor total do Crédito Universal disponibilizado conforme o item acima poderá ser utilizado durante todo o período da vigência contratual de 48 meses. Durante o prazo de vigência do Contrato, caso o CONTRATANTE verifique que irá atingir 100% (cem por cento) de utilização dos Créditos Universais contratados, o CONTRATANTE deverá previamente providenciar, através de instrumento próprio, a aquisição de nova quantidade de Crédito Universal, a fim de se adequar ao seu novo dimensionamento.

6.4.4. O valor do Crédito Universal especificado no "Pedido de Compra" (Anexo I) será cobrado na medida em que for constatado seu consumo pela CONTRATADA. O saldo do Crédito Universal deve ser diminuído diariamente na medida em que for utilizado, refletindo o uso real pelo CONTRATANTE nas tarifas para cada serviço Oracle IaaS e PaaS Cloud Service ativado. Não será emitida cobrança ou fatura relativa a créditos disponibilizados, porém não utilizados pelo CONTRATANTE ao término da vigência contratual.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características as informadas no item 2 desse Documento.

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~6.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

**Formas de transferência de conhecimento**

~~6.8. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue: [...];~~

~~6.9. [...];~~

~~6.10. [...];~~

~~6.10. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.~~

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.11. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.11.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

~~6.11. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];~~

~~6.12. [...];~~

~~6.13.~~

6.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.14 Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito.

6.14.1 Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo da organização.

~~6.15. [...];~~

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.16 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.16.1. Ordem de Serviço;

6.16.12. Ata de Reunião;

6.16.13. Ofício;

6.16.14. Sistema de abertura de chamados;

6.16.15. E-mails e Cartas;

~~6.16.6. [...];~~

#### **Formas de Pagamento**

6.17 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

#### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.18. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.19. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Preposto**

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

7.7. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

#### **Reunião Inicial**

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até *cinco (5)* dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.9.1.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.9.1.3 esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.9.1.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

#### **Fiscalização**

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### **Fiscalização Técnica**

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

7.12 . O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

~~7.13 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~7.13.1. [ ]~~

### **Gestor do Contrato**

7.14 . O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15 . O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16 .O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.19 . O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.20 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no item 5 ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços ou o disposto neste item.

#### INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (IDSCN)

<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	O IDSCN visa aferir o percentual do tempo em que os serviços da Nuvem Pública estiveram disponíveis no mês.
	IDSCN $\geq 99,90\%$ ;
<b>Meta a cumprir</b>	O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas
<b>Instrumento de medição</b>	Através da plataforma de gerenciamento de nuvem e por controle próprio da CONTRATANTE na constatação de indisponibilidade dos serviços.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Durante a execução dos serviços, a disponibilidade será monitorada e o tempo de indisponibilidade dos serviços será descontado do tempo total de disponibilidade esperado no mês. Entende-se como serviços aqueles constantes dos catálogos dos Itens 1, 2 e 3 em execução.
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	$\text{IDSCN (\%)} = (\text{TDM} / \text{TTM}) \times 100$ Onde: DSPN = Disponibilidade dos Serviços TDM = Total de tempo com disponibilidade no mês TTM = Total do tempo no mês
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
	Para valores do indicador IDSCN:
	Igual ou Superior a 99,90% – Pagamento integral da OS; De 98,90% a 99,89% – Glosa de 3% sobre o valor do serviço inadimplido;
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	De 97,90% a 98,89% – Glosa de 5% sobre o valor do serviço inadimplido; De 96,90% a 97,89% – Glosa de 7% sobre o valor do serviço inadimplido;
	De 90,00% a 96,89% – Glosa de 9% sobre o valor do serviço inadimplido

E abaixo de 89,99%? – Glosa de 10% sobre o valor do serviço inadimplido

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1 não produzir os resultados acordados;

8.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1 Relatório de disponibilidade disponível no site na solução e podendo ser entregue pela contratada mensalmente.

#### **Do recebimento**

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de cinco (05) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.19 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1 Relatórios de disponibilidade do link da ferramenta contratada.

#### **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

8.20 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

##### **Id Ocorrência**

##### **Glosa / Sanção**

1 Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (8) horas úteis.

Multa de (0,5) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de (.....) dias úteis.

Após o limite de (5) dias úteis, aplicar-se-á multa de (3) % do valor total do Contrato.

	Igual ou Superior a 99,90% – Pagamento integral da OS; De 98,90% a 99,89% – Glosa de 3% sobre o valor do serviço inadimplido;
<i>Não atender ao indicador de nível de serviço ISDCN (</i>	
2 INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (IDSCN))	De 96,90% a 97,89% – Glosa de 7% sobre o valor do serviço inadimplido; De 90,00% a 96,89% – Glosa de 9% sobre o valor do serviço inadimplido
	E abaixo de 89,99%? – Glosa de 10% sobre o valor do serviço inadimplido
	<i>Advertência.</i>
<i>N Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.</i>	<i>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de (1.00) % do valor total do Contrato.</i>

8.21 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.21.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

### Liquidação

8.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.24.1. o prazo de validade;

8.24.2. a data da emissão;

8.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.24.5. o valor a pagar; e

8.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.39. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

~~8.40. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.41. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.41.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.41.2. (...) 8.42. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.42.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~8.43. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.44. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.45. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo);~~

~~8.46. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado. 8.47. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado: 8.47.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente; 8.47.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~8.48. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

#### Cessão de crédito

8.49. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.49.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

8.50. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.51. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.52 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

#### Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

#### Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

**9.3.1 Será assegurado o direito de preferência nas aquisições de bens e serviços comuns de informática e automação, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.248/1991, regulado pelo Decreto nº 7.174/2010.**

9.3.2 Aplica-se o Decreto nº 7.174/ 2010, que estabelece margem de preferência para bens e serviços desenvolvidos no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).

9.4. [...]

00

~~9.5 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.~~

#### **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.6.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.6.3 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6.5 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.6.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.6.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.6.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6.11 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

9.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15 **Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.27.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 4% do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

~~9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1 Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional que comprovem que a **LICITANTE** tenha executado venda, serviços e treinamento de características técnicas similares às do objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA**. Entende-se como características técnicas similares o seguinte:

**9.34.1.1. Lote 1 – Contratação de Créditos Universais de Nuvem Oracle (Oracle Cloud Universal Credits) disponíveis para 4 instancias de serviços de Infraestrutura e de Plataforma como serviço (IaaS e PaaS) em nuvem pública, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.**

- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, devidamente assinados e datados, e deverão comprovar:
- Declarações emitidas pelo CSP (Cloud Service Provider) ofertado atestando que a empresa licitante é parceira oficial e está apta e autorizada a comercializar, implementar e suportar os serviços ofertados.

- Comprovação de que o provedor ao qual representa, acima, possuem ao menos as seguintes certificações vigentes, referentes à infraestrutura de datacenter onde os serviços em nuvem estarão hospedados:

a) ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013

b) ISO/IEC 27017:2016 ou CSA STAR Certification LEVEL TWO ou superior;

c) ISO/IEC 27018:2014.

#### 9.34.2. Lote 2 - Serviços Especializados e de Suporte Técnico sob demanda para banco de dados:

**9.34.2.1** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de Certificações e Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. O(s) documento(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, devidamente assinados e datados. No caso de suporte e serviços especializados 1 profissional deverá comprovar:

##### PERFIL ADMINISTRADOR DE SERVIÇOS EM NUVEM

Caberá ao Administrador de serviços de nuvem implementar, monitorar e manter soluções em nuvem, incluindo os principais serviços relacionados a computação, armazenamento, rede e segurança.

##### Formação

##### Modo de Comprovação

Possuir certificação ou experiência profissional de Administrador ou engenheiro de Soluções, ou papel equivalente superior, relacionados ao

Certificação técnica de administrador ou engenheiro de soluções emitida pelo Provedor adotado.

Provedor de Nuvem adotado

##### PERFIL ARQUITETO DE NUVEM

Caberá ao Arquiteto de Soluções a análise e definição dos cenários apropriados, execução dos procedimentos de configuração, migração/implantação, testes, colocação em produção e acompanhamento/monitoramento do serviço em produção.

##### Formação

##### Modo de Comprovação

Possuir certificação ou experiência profissional de Arquiteto de Soluções, ou papel equivalente superior, relacionados ao Provedor de Nuvem adotado

Certificação técnica de administrador ou engenheiro de soluções emitida pelo Provedor adotado.

##### PERFIL ESPECIALISTA EM BANCO DE DADOS

Caberá ao especialista em banco de dados zelar pelo correto dimensionamento, arquitetura e operação das cargas de trabalho e recursos de computação associados aos bancos de dados utilizados pelas soluções e sistemas da CONTRATANTE.

##### Formação

##### Modo de Comprovação

Possuir certificação ou experiência profissional de Administrador ou engenheiro de Soluções, ou papel equivalente superior, relacionados ao

Certificação técnica de administrador ou engenheiro de soluções emitida pelo Provedor adotado.

Provedor de Nuvem adotado

**9.34.3.** Para efeito de comprovação do volume trabalhado, é permitido o somatório de contratos executados, sem nenhuma restrição relativa à duração dos trabalhos ou data-limite, conforme preconiza a alínea 'e' do inciso VII do Art. 15 da IN 94/2022 da SLTI/MP. Para isso, a participante deverá, para cada requisito técnico fixar, a seu critério, intervalo único de tempo de 12 (doze) meses, independentemente do ano, no qual o volume de serviços foi executado. A exigência do período de um ano ininterrupto para a comprovação da compatibilidade de pelo menos metade do volume de pontos de função desta contratação, visa evitar que o somatório de atestados acumulados durante um longo período de tempo atinja o quantitativo exigido sem, no entanto, comprovar a capacidade logística e operacional da licitante em executar o volume de serviço previsto. Trata-se de limitação de prazo relacionada à comprovação da capacidade de execução do objeto, aceita como legítima pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.048/2006 – Plenário e Acórdão nº 1.287 /2008 – Plenário).

**9.34.3.1** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

**9.34.4.** Caso o **CONTRATANTE** julgue necessário, os atestados de capacidade técnica apresentados poderão ser diligenciados.

9.35 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

9.36 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.37 Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei Lei nº 14.133, de 2021.

**9.38** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**9.38.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**9.38.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**9.38.3** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.38.4** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**9.38.5** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**9.38.6** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**9.38.7** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1. Valor (R\$):** 2.710.654,38 (Dois milhões e setecentos e dez mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos)

**10.1.1** Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º65, de 07 de Julho de 2021;

~~OU 10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

**10.3.** O custo estimado da contratação é de R\$ 2.710.654,38 (dois milhões e setecentos e dez mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos) em planilha demonstrativa de preços unitários e totais anexo ao presente documento.

**10.4** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**10.5** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.1.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 682010;

II) Fonte de Recursos: 012939510;

III) Programa de Trabalho: 174696;

IV) Elemento de Despesa: 339040;

V) Plano Interno: A2000;

**10.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1	(28/12/2023) a (18/12/2027)	2.710.654,38

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 2016076

**EDESIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/10/2023 às 11:55:49.

Despacho: 2016076

**LEANDRO GASPAROTTO VALLADARES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/10/2023 às 21:49:15.

Despacho: 2016076

**PAULO RODRIGUES DOS SANTOS**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/10/2023 às 12:24:28.

**ALEXANDRE FERREIRA DE ALENCAR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 20/11/2023 às 12:52:58.*